

## AS CATEGORIAS PREDICÁDICAS DA POESIA

---

PIRES LARANJEIRA

A tradição de nomenclatura dos actantes do texto poético tem variado ao longo do tempo, dos espaços e segundo os enquadramentos teóricos.

A designação da categoria correspondente ao narrador tem oscilado bastante: **sujeito, sujeito poético, poeta, eu poético, locutor, sujeito lírico, eu lírico**. Para esta oscilação, por vezes dentro do mesmo autor e até do mesmo texto, só encontramos uma explicação cabal: a inadequação da nomenclatura a um objecto indecível; a utilização de termos provenientes de áreas científicas diversas. Ao contrário da do narrador, procedente da designação do respectivo género, a da poesia tem sido tomada de empréstimo directamente de áreas como a linguística, a psicologia, a genologia, ou, então, do conjunto de duas áreas, como no caso do **sujeito lírico**.

O **sujeito** é empregue segundo a tradição gramatical (da clássica série «sujeito, predicado, nome predicativo do sujeito», etc.), que se baseia, por sua vez, na tradição da filosofia (incluindo a moderna fenomenologia) e, mais recentemente, da psicologia e do freudianismo.

O **poeta** foi sobremaneira utilizado pelos críticos de orientação impressionista, biografista ou ecléctica (na remanescência do causalismo) sem distinção nítida entre a categoria poética e o autor do texto.

Um cruzamento do **sujeito** com o **poeta** deu origem à expressão **sujeito poético**, que continua a vigorar, desde a estilística do princípio do século, passando pelo formalismo e o estruturalismo.

A aglutinação em **eu lírico** de uma denominação gramatical e fenomenal com a do género decorrente da tripartição clássica, continua muito usada, inclusivé por teóricos do campo semiótico. Ela corresponde a algo como o **autor textual**.

Nessa lógica do acoplamento de termos advindos de áreas diferenciadas se insere o **sujeito lírico**, englobando as concepções gramatical, psicológica, filosófica, psicanalítica e teórico-literária.

---

Pires Laranjeira é Assistente de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Prepara doutoramento sobre a temática da negritude na poesia africana de língua portuguesa, de que este artigo é um trecho teórico, escrito no Inverno de 1990. Publicou, entre outros, os seguintes títulos: *Antologia da Poesia Pré-Angolana* (1976), *Literatura Calibanesca* (1985) e *De Letra em Riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe* (1992).

Com as teorias da enunciação, da comunicação e do texto (note-se: não exclusivamente literárias), o **locutor**, entidade responsável pela enunciação, passou a substituir, em muitos estudos, todas as outras designações.

Acontece, por vezes, na pragmática linguística e textual, na semântica estrutural e na semiótica, designarem-se as pessoas gramaticais e/ou as **personagens** do texto, incluindo o poético, como **actantes**. De acordo com essa opção, o **sujeito poético** ou **actante** não mais está investido de uma função de onisciência, de sobredeterminação semântica, mas antes submetido ao equilíbrio de forças do sentido, ao sistema de inter-relacionamento e coerência dos diversos elementos da gramática textual e da semiose literária.

Se na narrativa a categoria do narrador tem no narratário o seu natural destinatário, à categoria do **sujeito poético** corresponde a do seu interlocutor. Instaurando-se linguisticamente através da 1.<sup>a</sup> pessoa gramatical e seus substitutos, o sujeito poético dialoga, em termos de enunciação, com a 2.<sup>a</sup> pessoa, mas, tal como o narrador, entidade transfrástica, não se pode subsumir nessa 1.<sup>a</sup> pessoa, visto que a ultrapassa, tornando-se com frequência como que uma **personagem**, a que se liga indissociavelmente a categoria interlocutora, a qual se pode apresentar como entidade de tipo gramatical, onomástico, personalístico, inanimado ou personificado (reunindo uma ou mais dessas características), decorrente, portanto, de um conjunto de circunstâncias englobando **semio-narrativamente** uma situação, acção e atributos.

Verifica-se, de facto, que a categoria do **sujeito poético** não se pode esgotar na figura restritiva da 1.<sup>a</sup> pessoa gramatical, uma vez que a 3.<sup>a</sup> entidade, defluente da relação dos interlocutores na enunciação, a que estes se referem ou aludem, é considerada pela linguística como uma não-pessoa (Benveniste), precisamente porque ela excede o enquadramento da relação enunciativa, enquanto **fenda** da topologia textual. Se a 3.<sup>a</sup> entidade é uma não-pessoa, também a categoria poética dela decorrente o não pode deixar de ser e as categorias que se baseiam nos interlocutores da enunciação, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, só podem ter autonomia lógico-semântica (têm-na empiricamente) se a sua conceptualização ultrapassar o estrito quadro linguístico da relação entre locutor e alocutário. Essa terceira entidade subtensa à enunciação constitui o limiar da cena em que surge(m) a(s) entidade(s) terceira(s), aquela(s) que não se pode(m) nomear a si mesma(s), por depender(em) de outra voz. Essa entidade, que pode assumir o carácter proteiforme, exactamente pela sua qualidade de não-pessoa que está aberta ao preenchimento por várias **personas**, desvincula-se do protagonismo dualista, e, portanto, maniqueísta, alargando a perspectiva poética comunicacional a um polimorfismo actancial, que, em

muitos casos, impedirá o excesso de irradiação semântica a partir da figura do **sujeito poético**.

A 3.<sup>a</sup> não-pessoa do quadro enunciativo de qualquer discurso tem, na globalidade textual de alguns poemas, uma realização em entidades que, pela sua qualidade, podemos incluir numa categoria análoga à das personagens narrativas. Como a poesia é uma arte de contenção, exígua em extremo, quando comparada com a extensa minúcia do romance, as categorias poéticas actanciais sofrem uma natural escassez discursiva e, por conseguinte, as entidades actanciais não marcadas pela sobredeterminação das entidades elocutivas (simplificando: as entidades de não-pessoa) podem aparecer enquanto mero nome próprio (sem atributos), atributo (sem atribuição onomástica) ou qualidade (aparentemente sem objecto ou, pelo contrário, sem aparência de objecto).

Como vimos, a entidade linguística da não-pessoa existe na dependência da relação elocutiva, e só nessa condição, tal como não há personagens sem narração, esta depende intimamente da elocução. O narrador, que só excepcionalmente aparece auto-designado, pode passar despercebido na enunciação do discurso, pelo apagamento das marcas da enunciação referentes aos locutores. Na poesia, locutor e sujeito poético tendem para uma mais intensa sobreposição. A 2.<sup>a</sup> pessoa e a não-pessoa da elocução não costumam ter outra designação senão a de **alocutário** para a primeira daquelas. Nesse como noutros aspectos, a teorização da poesia tem-se ressentido de algumas lacunas.

Para uma redefinição conceptual em torno do quadro actancial poético, conviria, pois, a partir de agora, introduzir uma nova nomenclatura capaz de dar conta da diversidade e especificidade dos elementos intervenientes na dinâmica das relações activas e passivas que estruturam uma hierarquia de relações (actanciais, semânticas, etc.) estreitamente ligadas às relações de predicação.

Em vez do **sujeito poético**, usaremos o termo de **predicador** (do latim *praedicatore*), substituindo o seu interlocutor, a chamada 2.<sup>a</sup> pessoa ou alocutário, pelo termo de **predicatário** e, finalmente, a 3.<sup>a</sup> entidade, ou não-pessoa, pela designação de **predicatado(s)**.

O termo **predicador** tem a vantagem de etimologicamente possuir marcas semânticas coincidentes com algumas das características que a moderna teoria literária atribui às entidades actanciais do poema. No latim, *praedicatore* significava a «**pessoa** que predica», passando, depois, a significar também o pregador protestante. Poeticamente, o **predicador** é, de facto, uma espécie de «pregador de novas», uma vez que todo o enunciado poético se constitui como

único, como novidade dele emanada. Em relação às opções tradicionais, possui o mesmo atributo de pessoa. Tem ainda acepções que se lhe ajustam, em palavras colaterais, como no substantivo latino *praedicar* (prédica; sermão; discurso; oração), no verbo *praedicare* (predicar, «dizer diante de todos»), que significa «fazer indicação de, pregar, aconselhar», e no adjectivo *praedicatu* (predicado, isto é, «de que já se falou»), com o sentido de qualidade (como na lógica ou significando simplesmente «atributo, característica»), aquilo que na oração se declara acerca do sujeito (naquelas que o têm).

Temos ainda que o adjectivo **predicativo** (do latim *praedicativu*) se refere à qualidade atribuída ao sujeito ou ao objecto. Na frase, as pessoas gramaticais (a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup>), bem como a não-pessoa, auferem marcas semânticas da relação privilegiada com o verbo, o qual, conforme a sua posição no enunciado, lhes confere valores diferenciados. Desse modo, os nomes e pronomes predicativos e todos os atributos, adstritos aos **predicador**, **predicatário** e **predicatados** (e, antes de mais, às pessoas e não-pessoa referenciadas por Benveniste), contribuem para as suas delimitações como entidades **personalísticas** ou objectuais, aproximando-as da categoria da personagem narrativa.

Não chamar, por exemplo, narrador ao **predicador**, acontece não por uma mera questão de diferenciação terminológica (não repetição), mas porque, de facto, o objecto é diferente, defluindo constantemente (ao contrário daquele) de um discurso muito marcado pela primeira pessoa, que, mesmo quando produz um relato sobre os **predicatados**, à maneira da narração omnisciente, se apresenta com forte peso intervencionista, avaliativo e «pes-soalizador» das questões que, em princípio, lhe seriam exteriores.

As noções de narração, narratividade e narrática, próprias do discurso narrativo, mas atribuídas, hoje, a qualquer discurso (desde o histórico ao poético, passando pelo jornalístico e o judicial), são assim substituídas, respectivamente, pelas de **predicação**, **predicatividade** e **predicática**.

A **predicação** (do latim *praedicatione*) inclui a noção de «juízo de predicação» (como na filosofia), ou seja, a inerência ao discurso do predicador, que, **nomeando e predicando**, no sentido poético, similar ao da narração, instaura a relação predicática; a **predicatividade** é a qualidade intrínseca a todo e qualquer discurso específico da linguagem do modo poético; finalmente, a **predicática**, qualidade adjectiva da predicação.

A predicação poética é instituída na relação do predicador com o predicatário e/ou os predicatados através da enunciação, da relação actancial e da acção (mesmo em frases e, excepcionalmente, em textos que não contenham verbo e pronomes). Em suma, entre as categorias predicáticas (predicador,

predicatário, predicatados), em qualquer direcção, se pressupõe uma relação de implicação, a que chamamos **predicatória**, no sentido judicial de solicitação interlocutória e de avaliação axiológica (como na carta precatória). O **predicamento** (do latim *praedicamentu*), que remete para a **categoria**, a classe, a graduação, confere aos **predicador**, **predicatário** e **predicatados** um estatuto de categorias poemáticas, similares das categorias da narrativa. O predicamento está associado aos atributos que se investem em todas as categorias predicáticas e não pode, por isso, resumir-se àquilo que nas proposições se declara a respeito dos sujeitos, mas a todos os elementos textuais (não só frásticos) de valoração e qualificação, como adjectivos, advérbios, pronomes, estados de mundo, indivíduos, ordem, pontuação, títulos, espaçamento, etc., correspondentes à configuração dessas categorias.

Vejamos, sucintamente, um poema do angolano Agostinho Neto, «À reconquista» (1953), em que os elementos predicáticos se acham delimitados, não sem alguma ambiguidade (ver o poema anexo).

O predicador é um sujeito (assente em indicadores de 1.<sup>a</sup> pessoa: «comigo») que se associa não só ao predicatário «África», em expressões como «até onde já nos empurraram», mas também ao predicatado, este incluindo habitantes dos musseques ou outros, indiciados por lexemas como «milhões», «homens», «lavadeiras», «povo», com o pronome «nos» implicando o predicador, o predicatário e o predicatado.

A predicação, centrada em determinados verbos, solicita o predicatário África («voltar», «fechar», «vir»), engloba um sentido apelativo, imperativo, não necessariamente intimidatório, pontuado, às vezes, por qualificativos predicatórios (por exemplo, «demasiado», logo no primeiro verso, ou «claro», na antepenúltima estrofe). Pode acontecer que certos verbos apareçam organizados como dupla modalização alética e deontica («podias ter vivido» = não poder não ser = poder ser; não dever não fazer = dever fazer), neste caso traçando praticamente toda uma situação ou um programa irrealizados, por parte do predicatário, envolvendo o predicador, com o locutor, em termos de co-responsabilidade da enunciação e, por si só, de responsabilidade judicativa.

A predicação que engloba verbos como «vigiar» (em «os corvos vigiam os vivos») escapa à ditadura do predicador, para se tornar numa relação de predicação do predicatado para o predicatário e o predicador, a força deste esvaindo-se num anonimato e abstracção que não chegam para transformar a predicação numa mera articulação dos nomes com os verbos. De facto, a predicação implica uma influência semântica e de estatuto relacional sobre as categorias predicáticas, sendo também a inversa verdadeira. Isso vê-se com

mais nitidez num verso como «onde milhões se irmanavam na mesma miséria». O verbo «irmanar» e o substantivo «milhões», irmanados numa inextricável relação, introduzem no texto, pela primeira vez, um sentido de absoluta totalidade dos africanos, logo após a denominação dos «homens» e das «lavadeiras», para já não falar dos «vivos» (indeterminados metafóricamente ou literalmente devido à indeterminação da metáfora dos «corvos»). Nessa fase do discurso, os «milhões» não incluem o predicador nem o predicatário, mas vão passar a incluí-los logo que o colectivo «nos» (em «até onde já nos empurraram»), no plano textual, contribua para transcender o plano frástico da enunciação com valor poético predicatório.

Há uma patente dificuldade na determinação dos limites entre o predicatário e o predicado. Como Benveniste explicou, o carácter de não-pessoa da entidade alheia à 1.<sup>a</sup> e à 2.<sup>a</sup>, faz daquela um ser indeterminado, não em todas as partes do discurso mas sobretudo no seu conjunto. Tal como na nova matemática, o conjunto, enquanto totalidade, implica o inter-relacionamento dos conjuntos que o compõem, não se podendo modificar qualquer deles sem que os outros se ressintam da mudança.

Assim, a predicação em torno dos dinâmicos verbos de noção prometeica, no final do poema, exactamente em «ninguém nos fará calar» e «ninguém nos poderá impedir», porque tem atrás de si um desenvolvimento textual da formação das entidades implicadas na enunciação e porque o futuro é o tempo por excelência da indeterminação em termos absolutos, conglomeradas nesses sintagmas verbais e pronominais (em idênticas ocorrências) o conjunto das entidades e atributos predicáticos: predicador, predicatário e predicado(s); sua estreita e recíproca implicação. O esquema predicático confirma, deste modo, o carácter tendencialmente autotélico, não necessariamente autobiográfico, da linguagem poética. O predicador, falando do(s) outro(s), tem tendência, no fundo, a falar de si, mas não é possível que, através da enunciação, os outros falem dele, pois é próprio dela que o enunciador seja singularmente totalitário. Descentralizando, na poesia, o foco de atenção analítica do locutor linguístico para as categorias predicáticas, talvez se consiga novo contributo para a ultrapassagem desse singular predominio do «sujeito poético» como centralizador semântico do poema. Por isso, convirá também repensar as categorias predicáticas como eminentemente transtextuais, não se confinando o seu recorte ao interior de um único texto.

## À reconquista

Não te voltes demasiado para ti mesma  
Não te feches no castelo das lucubrações infinitas  
Das recordações e sonhos que podias ter vivido

Vem comigo África de calças de fantasia  
desçamos à rua  
e dancemos a dança fatigante dos homens  
o batuque simples das lavadeiras  
ouçamos o tam-tam angustioso  
enquanto os corvos vigiam os vivos  
esperando que se tornem cadáveres

Vem comigo África dos palcos ocidentais  
descobrir o mundo real  
onde milhões se irmanam na mesma miséria  
atrás das fachadas de democracia de cristianismo  
de igualdade

Vem comigo África dos gabinetes de estudo  
e reentremos na casinha de latas esquecida no  
musseque da Boavista  
até onde já nos empurraram  
ao nos quebrarem as casas de meia água  
do Cayatte  
e à volta do fogo consolador das nossas aspirações  
mais justas  
examinemos a injustiça inoculada no sistema vivo  
em que giramos.

Vem comigo África de colchões de molas  
regressemos à nossa África  
onde temos um pedaço da nossa carne caleado sob  
as botas dos magalas

onde caíram gratuitamente as gotas do suor do  
nosso rosto  
— a nossa África.

Vem comigo África do *jitterbug*  
até a terra até o homem até o fundo de nós  
ver quanto de ti e de mim faltou  
quanto da África esqueceu  
e morreu na nossa pele mal coberta sob o fato  
emprestado  
pelo mais miserável dos ex-fidalgos.

Não chores África dos que partiram  
olhemos claro para os ombros encurvados do povo  
que desde a calçada  
negro negro de miséria negro de frustração negro  
de ânsia  
e dêmos-lhe o coração  
entreguemo-nos  
através da fome da prostituição das cubatas  
esfuracadas  
das chanfalhadas dos cipaios  
através dos muros das prisões através da Grande  
Injustiça

Ninguém nos fará calar  
Ninguém nos poderá impedir  
O sorriso dos nossos lábios não é agradecimento  
pela morte  
com que nos matam.

Vamos com toda a Humanidade  
conquistar o nosso mundo e a nossa Paz.

(1953)